



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 — 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE — PR

LEI Nº 41 / 92

DATA: 11 de dezembro de 1.992

SÚMULA: Institui o Regimento Interno que disciplina o Funcionamento do Conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná e dá outras providências:

A CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 1º - O Conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, tem por finalidade básica fiscalizar e controlar o Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste, competindo-lhe especificamente:

- I - Fiscalizar a aplicação e movimentação do Fundo de Previdência;
- II - Receber e conferir os balancetes mensais do Fundo;
- III - Fiscalizar os benefícios concedidos através do Fundo previsto no art. nº 10 da Lei Municipal nº 19/92;
- IV - Autorizar o lançamento das contas de despesas nas Contas do Fundo de Previdência;
- V - Prestar contas anualmente aos segurados sobre a posição do Fundo de Previdência;
- VI - Apresentar sugestões para melhor aplicação do Fundo, seja no mercado financeiro ou imobiliário;
- VII - Elaborar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º - O Conselho Fiscal do Fundo de Pundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste é composto pelos seguintes membros:

- I - 01 (um) representante do Executivo Municipal;
- II - 01 (um) representante do Legislativo Municipal;
- III - 01 (um) representante dos Funcionários da Ativa.
- IV - 01 (um) representante dos Funcionários aposentados;



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE - PR

4º - Compete aos membros do Conselho Fiscal:

- I - Participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;
- II - Votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;
- III - Apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;
- IV - Comparecer às reuniões na hora pré-fixada;
- V - Desempenhar as funções para as quais for designado;
- VI - Obedecer às normas regimentais;
- VII - Assinar as atas das reuniões do Conselho Fiscal;
- VIII - Apresentar retificações ou impugnações das atas;
- IX - Apresentar à apreciação do Conselho quaisquer assuntos relacionados com suas atribuições.

Art. 5º - Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) alternadas do Conselho Fiscal.

§ 1º - Declarado extinto o mandato do representante do Executivo Municipal o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que seja preenchida a vaga.

§ 2º - Declarado extinto o mandato do representante do Legislativo Municipal o Presidente do Conselho Fiscal oficiará ao Presidente da Câmara Municipal para que se proceda o preenchimento da vaga.

§ 3º - Declarado extinto o mandato de um dos representantes - dos funcionários, da ativa, dos aposentados e dos pensionistas o Presidente do Conselho convocará uma Assembleia Geral Extraordinária para que se proceda a eleição do (s) substituto (s).

Art. 6º - O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá como serviços público relevante.

CAPÍTULO V

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 7º - Os serviços Administrativos do Conselho Fiscal serão exercidos por uma Secretária Executiva, cujo Secretário será designado pelo Presidente do Conselho e a quem competirá, dentre outras, as seguintes atividades:



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 — 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE — PR

V - 01 (um) representante dos Pensionistas.

§ 1º - A nomeação dos membros será feita através de Decreto baixado pelo Prefeito Municipal para o prazo de 02 (dois) anos não podendo ser renovado para a gestão seguinte do Fundo.

§ 2º - Os representantes referidos nos itens III, IV e V serão escolhidos em Assembleia Geral da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Pérola D'Oeste.

§ 3º - O Conselho Fiscal escolherá entre seus membros um Presidente.

§ 4º - Enquanto não existir aposentado e ou pensionista estas vagas serão ocupadas por Funcionários da Ativa.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 3º - São atribuições do Presidente:

I - Convocar reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros;

II - Organizar a ordem do dia das reuniões;

III - Abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do Conselho Fiscal;

IV - Determinar a verificação da presença;

V - Determinar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;

VI - Assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho Fiscal;

VII - Conceder a palavra aos membros do Conselho Fiscal, não permitindo divagação ou debates estranhos ao assunto;

VIII - Colocar as matérias em discussão e votação;

IX - Assinar os livros destinados aos servidores do Conselho e seus expedientes;

X - Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades, com as quais o órgão deve ter relações;

XI - Autorizar o lançamento das despesas na conta do Fundo de Previdência.

CAPÍTULO IV

DOS MEMBROS DO CONSELHO



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE - PR

- I - secretariar as reuniões do Conselho Fiscal;
- II - receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;
- III - preparar a pauta das reuniões;
- IV - providenciar os serviços de datilografia e impressão;
- V - providenciar os serviços de arquivo e documentação;
- VI - lavrar as atas, fazer a sua leitura e a do expediente;
- VII - recolher as proposições apresentadas pelos membros do - Conselho Fiscal;
- VIII - registrar a frequência dos membros do Conselho Fiscal às reuniões;
- IX - anotar os resultados das votações e das proposições apre
- X - distribuir aos membros do Conselho Fiscal as pautas das reuniões, os convites e comunicações;
- XI - arquivar os Balancetes e controles do Fundo de Previdênci a encaminhados pela Prefeitura.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 8º - As reuniões do Conselho Fiscal, serão realizadas normalmente na Sede da Prefeitura Municipal.

Art. 9º - As reuniões serão:

I - ordinárias, cada trimestre, em data a ser fixada pelo Presidente;

II - extraordinárias, convocadas com antecedência de 48:00 (quarenta e oito) horas pelo Presidente e ou pela maioria dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 10 - As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas com a presença da maioria simples de seus membros.

§ 1º - Se, à hora do início da reunião, não houver quorum suficiente, será aguardado durante 30:00 (trinta) minutos a composição do número legal;

§ 2º - Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja quorum, o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que se realizará no prazo mínimo de 48:00 (quarenta e oito) horas e máximo de 72:00 (setenta e duas) horas;

§ 3º - Se na data o horário marcado não tiver quorum esta reunião só será realizada após a substituição dos membros faltosos conforme o art. 5º do presente Regimento Interno.



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 — 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE — PR

Art. 11. A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz mas não o voto, representante da Prefeitura Municipal, bem como outras pessoas cuja a audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

CAPÍTULO VII

DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 12. A ordem dos trabalhos será a seguinte:

- I - Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II - Expediente;
- III - Comunicações do Presidente;
- IV - Ordem do dia.

Parágrafo Único - A leitura da ata poderá ser apresentada pelo plenário, quando sua cópia tiver sido distribuída previamente aos membros do Conselho.

Art. 13 - O expediente sê destina à leitura da correspondência recebida e de outros documentos.

Art. 14 - A ordem do dia corresponderá à dscussão, bem como à execução das atribuições do Conselho, conforme estabelecido em Lei e neste Regulamento.

CAPÍTULO VIII

D A S D I S C U S S Õ E S

Art. 15 - Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

Art. 16 - As matérias apresentadas durante a ordem do dia, serão discutidas e votadas na reunião em que foram apresentadas.

Art. 17 - Nenhum Membro do Conselho poderá tratar ou criticar a Administração a Administração do Fundo individualmente, sem conhecimento ou autorização do Conselho, com prévia discussão do assunto entre os membros.

Art. 18 - O Conselho tem a responsabilidade de levar ao conhecimento dos assegurados as ilegularidades que por ventura tenha conhecimento, com relação a aplicação e movimentação do Fundo.

Art. 19 - Durante as discussões, qualquer membro do Conselho, poderá levantar questões de ordem que serão resolvidas conforme dispõe este Regimento, ou normas expedidas pelo Presidente do Conselho.



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 - 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE - PR

Art. 20 - Encerrada a discussão, poderá ser concedida a palavra a cada membro do Conselho, pelo prazo máximo de 5:00 (cinco) minutos, para encaminhamento e votação.

CAPÍTULO IX

D A S V O T A Ç Õ E S

Art. 21 - Encerrada a discussão, a matéria será submetida à votação.

Art. 22 - As votações poderão ser simbólicas ou nominais.

§ 1º - A votação simbólica far-se-á conservando-se sentados os membros do Conselho que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição.

§ 2º - A votação simbólica será regra geral para as votações, somente abandonada por solicitação de qualquer membro, aprovada pelo Plenário.

§ 3º - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes, devendo os membros do Conselho responderem sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários à proposição.

Art. 23 - Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do Conselho declarará quantos votaram favoravelmente ou em contrário.

Parágrafo Único - Havendo dúvidas sobre o resultado, o Presidente do Conselho, poderá pedir aos membros se manifestarem novamente.

Art. 24 - Ao plenário cabe decidir se a votação deve ser global ou destacada.

Art. 25 - Não poderá haver voto por declaração.

CAPÍTULO X

D A S D E C I S Õ E S

Art. 26 - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples dos presentes.

CAPÍTULO XI

D A S A T A S

Art. 27 - A ata é o resumo das ocorrências verificadas nas reuniões do Conselho Fiscal do Fundo de Previdência do Município de Pérola D'Oeste.



Prefeitura Municipal de Pérola D'Oeste

ESTADO DO PARANÁ

Rua Presidente Costa e Silva - Fone (0465) 56-1223 — 85.740-000 - PÉROLA D'OESTE — PR

§ 1º - As atas devem ser escritas seguidamente, sem rasuras e ou emendas;

§ 2º - As atas devem ser redigidas em livro próprio com páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho enumeradas tipográficamente.

Art. 2º - As atas serão subscritas pelo Presidente do Conselho e pelos membros presentes à reunião.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 - As decisões do Conselho que criam despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis e estejam devidamente autorizados por Lei Municipal.

Art. 30 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução do presente regimento Interno serão resolvidos pelo Presidente do Conselho.

Art. 31 - Quaisquer modificações neste Regimento Interno, deverão ser aprovadas em Assembléia geral ordinária e Extraordinária com participação de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos segurados com publicação de Edital com 08 (oito) dias de antecedências.

Art. 32 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal aos catorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois.


Domingos João Ribeiro
Prefeito Municipal

PUBLICADO
JORNAL: Trembete
EDIÇÃO: 197 PÁG.
DATA: 31.12.92